



**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
**ASSEMBLEIA NACIONAL**

**Lei n.º \_\_\_\_/2016**

**de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_**

Considerando o impacto significativo que as alterações do comportamento do preço do barril de petróleo no mercado internacional têm, ao nível das finanças públicas e do mercado cambial, pela significativa redução ou aumento das receitas fiscais daí decorrentes, em virtude de constituir a principal mercadoria de exportação nacional;

Tendo em conta que a instabilidade dos mercados internacionais não é controlável e que o País se encontra vulnerável em relação àquelas oscilações de preço que podem causar distorções nas estimativas orçamentais, por mais cuidadas e rigorosas que tenham sido na sua forma de cálculo;

Atendendo a que esta dinâmica se torna imprevisível, em épocas de crise e grande instabilidade dos mercados financeiros internacionais, como hodiernamente se constata, recomenda-se que se encontrem os mecanismos e metodologias orçamentais, que se adequem a um permanente ajustamento da receita e da despesa capaz de garantir a sustentabilidade do continuado crescimento económico do nosso país, sem prejuízo do respeito pela unicidade e a universalidade na execução das regras orçamentais;

Considerando ainda que apesar dos condicionalismos é importante continuar a implementar os projectos estruturantes de âmbito nacional que concorrem para o processo de diversificação da económica e combate à fome e a pobreza;

Torna-se necessário proceder à revisão do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2016, conforme estabelecido no artigo 18.º da Lei nº 28/15, de 31 de Dezembro;

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas das alíneas b) do artigo 161.º e d) do n.º 2 do artigo 166.º, da Constituição da República de Angola, o seguinte: